

## **O FLUXO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS EM CONTEXTOS MACRO/MICRO: GOVERNO/ESCOLA**

*Ana Lucia da Luz Mazzardo*

### **Resumo**

O estudo aborda o fluxo da dialética macro/micro de políticas educacionais brasileiras destinadas ao ensino médio tendo como *lócus* o Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra, localizado no município de Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul. Objetiva analisar o fluxo das políticas educacionais brasileiras destinadas ao ensino médio, considerando o contexto macro/micro no âmbito Estado e Escola. Este trabalho é de cunho quantitativo, tendo como percurso metodológico a observação participante. Para dar suporte teórico ao trabalho foram utilizados documentos legais, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e estudos na área educacional de nível médio no Brasil, incluindo os sujeitos. Ainda, sustenta-se nos autores: Paulo Freire (2015), mostrando uma escola crítico-reflexiva; Paulo Carrano (2014), buscando refletir sobre os sujeitos do ensino médio na contemporaneidade; Gaudêncio Frigotto (2009), fazendo a discussão da emancipação intelectual da sociedade; Acácia Kuenzer (2013), trazendo as concepções de competências e Monica Ribeiro (2015), com a reflexão sobre o novo ensino médio, entre outros. Aponta-se que as políticas educacionais brasileiras encontradas na legislação-macro, nem sempre estão interligadas com o contexto educacional-micro.

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Política educacional brasileira. Formação de professores.

### **INTRODUÇÃO**

Esse artigo propõe a socialização de um estudo realizado a partir do Grupo de Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria<sup>1</sup>, com apoio do Programa Observatório da Educação (OBEDUC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil a pesquisa realizou-se no contexto escolar do Ensino Médio Politécnico do Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra, na cidade de Julio de Castilhos no RS, aborda a dialética macro/micro considerando as políticas educacionais implementadas nas escolas pelo Estado. Trata de relações concernentes à qualidade social da educação do jovem estudante no ensino médio e de seus professores através da oportunidade de formação continuada desses professores e apropriações didáticas, considerando as políticas educacionais relacionadas às tecnologias enfatizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio- DCNEM (BRASIL, 2012) e consolidadas no Pacto Nacional Pelo Ensino Médio (BRASIL, 2013); o Exame Nacional para o Ensino Médio – ENEM (BRASIL, 2009) que traz, em sua matriz de

<sup>1</sup> Grupo de Pesquisa Elos da Universidade Federal de Santa Maria com apoio do Programa Observatório da Educação - OBEDUC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

referência, a demanda de um ensino por competência e o Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI (BRASIL, 2009, que busca melhorar a infraestrutura escolar.

O percurso metodológico está apoiado em Trivinos (1987) que caracteriza a pesquisa qualitativa como uma interpretação da realidade com visão subjetiva cuja apreciação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação embasada na percepção de um fenômeno num contexto. A coleta de dados para averiguar as percepções do sujeito deu-se através de entrevistas e questionários, visando a caracterização e observação de comportamentos e ações do sujeito.

Embasa a pesquisa dados Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa - INEP (BRASIL, 2013) e da secretaria da escola (2015), bem como autores contemporâneos como Kuenzer (2013), a qual destaca a importância de a educação escolar vincular-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais, tal como o primeiro capítulo da Lei de Diretrizes e Bases - LDB defende a educação como totalidade superando os limites da escola tendo em vista envolver relações sociais e produtivas.

Nessa perspectiva de educação com qualidade social, Paulo Carrano (2014) sugere a aproximação da escola com seus sujeitos através de práticas pedagógicas condizente com o contexto em que estão inseridas as novas demandas do novo ensino médio, respeitando as identidades juvenis.

A proposta de Carrano (2014) relacionada às novas demandas do ensino médio, chamando-as de “juventudes” considerando a multiplicidade cultural dos jovens estudantes dessa modalidade, está conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que reconhecem a diversidade de jovens e propõem que:

[...] a organização do Ensino Médio deve oferecer tempos e espaços próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder a heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, bem como sua fase de desenvolvimento (BRASIL. DCNEM, 2012, Art. 14. XI).

Quando se pensa os jovens da classe social menos favorecida, que são as novas demandas do ensino médio, é necessário que a escola faça uma reflexão sobre essas minorias. Para Freire (2015), essa minorias não se deram conta que juntas são maioria e nada justifica a minimização do ser humano. Assim como Frigotto (2009) faz a discussão da emancipação intelectual da sociedade também significativa é a ideia de Arroyo (2014) acerca dos currículos repensando-os considerando as demandas, tanto professores, quanto alunos não são os

mesmos da década passada com destaque para a importância dos conhecimentos que vêm das experiências sociais.

Pensando esse novo currículo Acácia Kuenzer (2013) traz as diversas concepções de competências que estão sendo posta para a educação escolar de nível médio através da matriz de referência do ENEM (BRASIL, 2012).

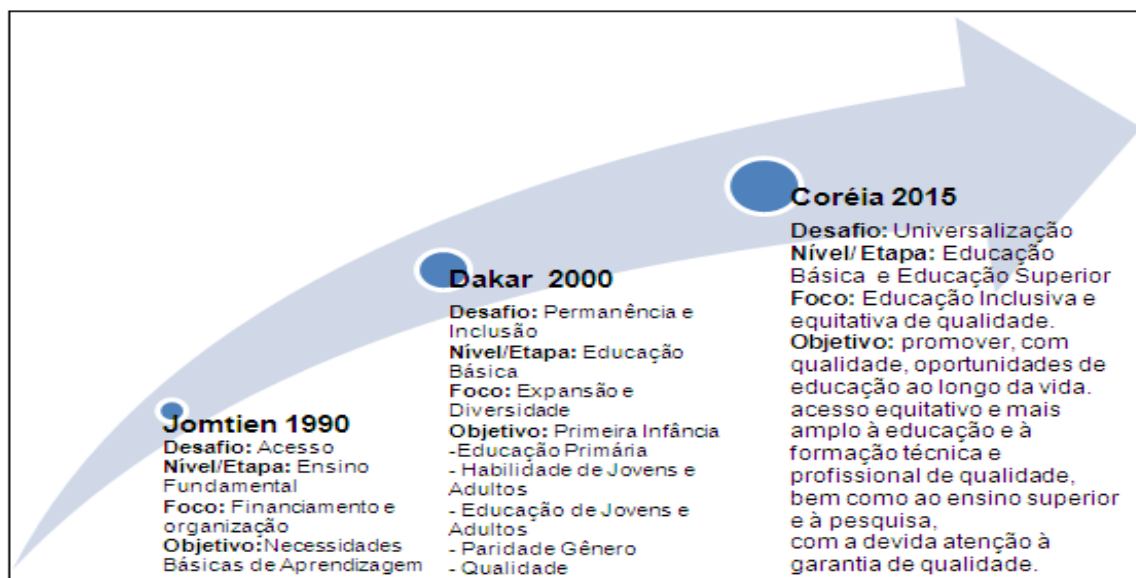
Para fazer frente a essas novas demandas do ensino médio com qualidade é necessário pensar políticas educacionais articuladas e adequadas a realidade, preocupação constatada na fala de Monica Ribeiro (2016) que trata da descontinuidade e falta de articulação das políticas educacionais, bem como a morosidade com que tem sido tratados os assuntos de relevância para o ensino médio na esfera do governamental.

Conclui-se que as políticas são elaboradas por diferentes grupos em meio a disputas que se articulam em torno de seus interesses e sobre a influência de organismos internacionais em que os interesses macrossocial predomina sobre o microssocial.

### **O Ensino Médio no cenário da Educação Brasileira: um olhar sobre as políticas públicas**

Ampliando a visão da educação a níveis globais observamos através do Relatório Educação Para Todos No Brasil - 2000-2015, (BRASIL, 2014) que o objetivo geral da educação vem sendo buscado pelos países integrantes do compromisso Educação para Todos, iniciado em 1990, na Conferência de Jomtien na Tailândia, reiterado em 2000, no Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar no *Senegal* e que em 2015 aconteceu em Incheon, na Coreia do Sul, coordenado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. O objetivo desta última edição do Fórum foi acordar a nova agenda da educação, que irá vigorar entre 2015 e 2030, com os novos objetivos, tendo como temas centrais: assegurar educação equitativa e inclusiva de qualidade e aprendizagem ao longo da vida para todos até 2030; acesso e aprendizagem equitativa; uma educação inclusiva com respeito à diversidade social e cultural; educação de boa qualidade, provisionada por professores treinados e apoiados, é direito de todas as crianças, jovens e adultos, não privilégio de poucos; toda pessoa, em toda a etapa de sua vida deve ter oportunidades de educação ao longo da vida para adquirir conhecimentos e capacidades de que necessitam para realizar suas aspirações e contribuir com suas sociedades, (BRASIL, 2014).

Quadro 1: Conferências/Marcos



Fonte: Ministério de Educação e Cultura - MEC (2014) – UNESCO (2015).

Elaborado pela autora.

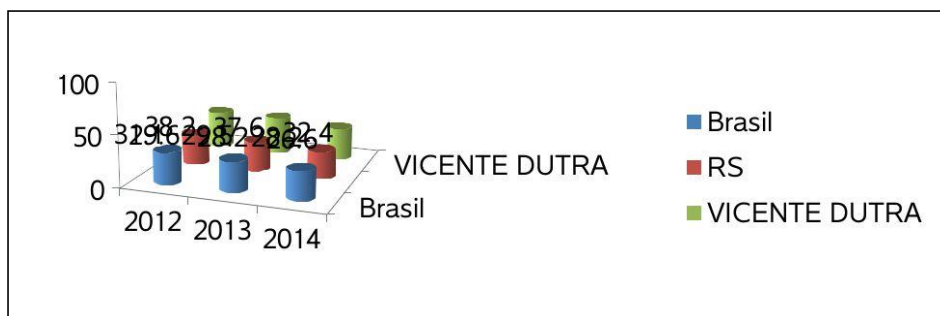
A educação de qualidade<sup>2</sup> vem sendo discutida nas três edições do Fórum, atualmente com um viés voltado a equidade<sup>3</sup>, além de afirmar a importância da educação como principal impulsionador do desenvolvimento, reforça o compromisso de garantir educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de educação e aprendizagem ao longo da vida para todos.

Nesse movimento alguns desafios vem sendo superados no ensino médio e está representado pela significativa diminuição da taxa de distorção idade/série.

Gráfico 1 - Taxa de distorção idade /série

<sup>2</sup> Analisar a Qualidade educacional, para Dourado (2007), é complexo pois a educação é permeada por fatores intra e extra-escolares. Também Davok (2007) condiciona a qualidade educacional à estruturas, processos e resultados educacionais, porém admite uma variedade de interpretações dependendo da concepção que se tenha sobre o que a educação deve proporcionar à sociedade.

<sup>3</sup> Hypolitto (2002) conceitua Equidade em educação como o acesso e permanência com qualidade.



Fonte: Indicadores Educacionais – INEP (2015)

Elaborado pela autora (2015)

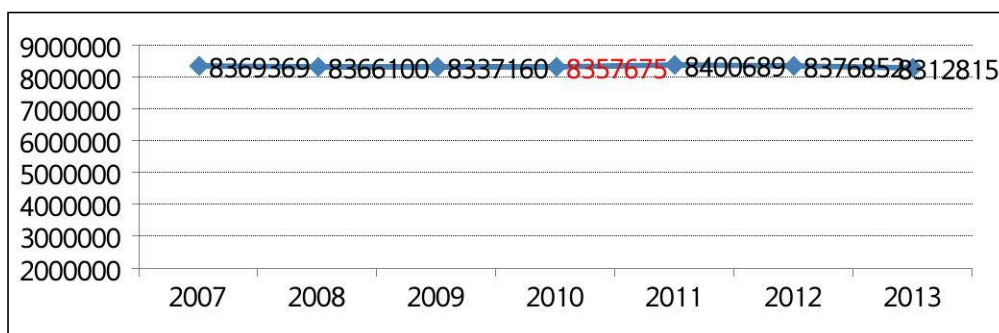
Observa-se que a taxa de distorção idade/série no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul diminuíram em torno de 3%, no período de 2012 – 2014, já na escola pesquisada essa taxa foi em torno de 6% justificando-se o trabalho intenso, implementado na escola, junto às famílias dos alunos reprovados e/ou com problemas de frequência.

Os indicadores apontam para um encaminhamento do enfrentamento de problemas históricos na educação brasileira, em especial ao ensino médio apontado por Kuenzer (2010) como o nível de ensino que sofre com a estagnação ocorrida entre 2001 e 2010, apontada como a década perdida, mediante a desqualificação da oferta.

Ficou entendido, nos Protótipos Curriculares de Ensino Médio- UNESCO (2011), que o ensino médio é um momento de transição e complementação do ensino fundamental e que deve preparar o estudante para o ensino superior, para o mundo do trabalho, para viver socialmente e com senso crítico enfrentar os problemas do cotidiano.

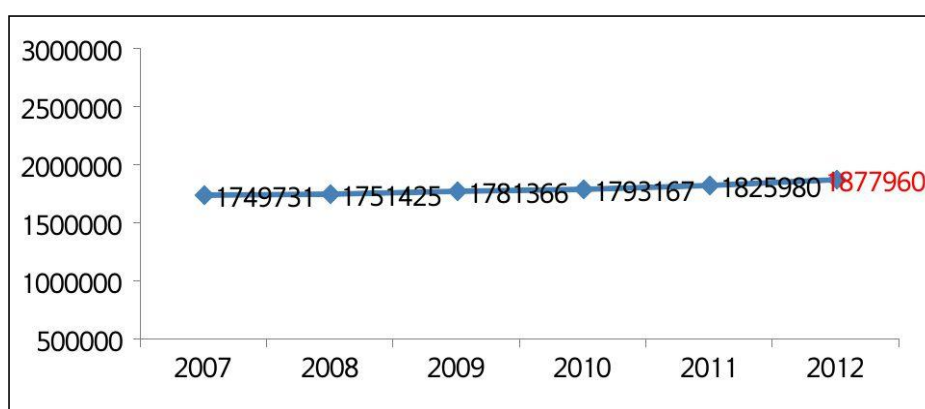
Estímulos vêm sendo emitidos para enfrentar os problemas históricos do ensino médio, mas ainda é grave a defasagem de concluintes do ensino médio em relação aos matriculados nesse nível de ensino como mostra os dados do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

GRÁFICO 2: Evolução do número de matrículas do ensino médio regular no Brasil.



Fonte: INEP (2013)  
Elaborado pela autora

GRÁFICO 3: Evolução do número de concluintes do ensino regular médio no Brasil.

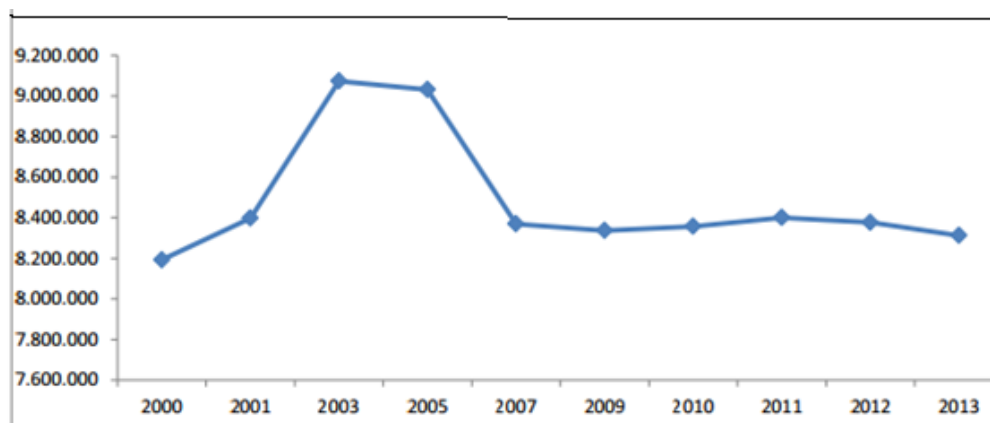


Fonte: INEP (2013)  
Elaborado pela autora

Comparando o gráfico 2 e 3, constata-se que em 2010 o número de matrículas foi de 8.357.675 alunos e após três anos, em 2012, concluíram apenas 1.877.960 alunos, foram 6.479.715, portanto 77,5% que estiveram matriculados no ensino médio brasileiro e não obtiveram sucesso nos estudos.

Houve, no ensino médio, um crescimento no número de matrículas de 8.192.948 (2000) para 8.312.815 (2013), ou seja, um aumento em torno de 1,44% e, esta etapa da educação básica apresenta, ao longo deste período, um comportamento peculiar como se pode observar no Gráfico da figura 1.

Figura 1 – Matrículas ensino médio 2000-2013



Fonte: INEP, Censos Escolares

Fonte: MEC – 2014, p.34

A elevação das taxas está creditada, segundo o Relatório Educação Para Todos No Brasil - MEC (2014), ao esforço que o país vem fazendo para promover o acesso de segmentos sociais até então excluídos e o significativo crescimento das taxas de frequência à escola da população rural.

Já quanto aos indicadores de rendimento, há que se observar o comportamento das taxas de aprovação, reprovação e abandono no ensino fundamental e ensino médio, como mostra a figura 4.

Figura 2 – Taxa de rendimento ensino fundamental e médio 2000-2010

Taxas de rendimento	Aprovação		Reprovação		Abandono	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Ensino Fundamental	83,1	86,6	10,7	10,3	12	3,1
Ensino Médio	74,4	77,2	7,5	12,5	18,1	10,3

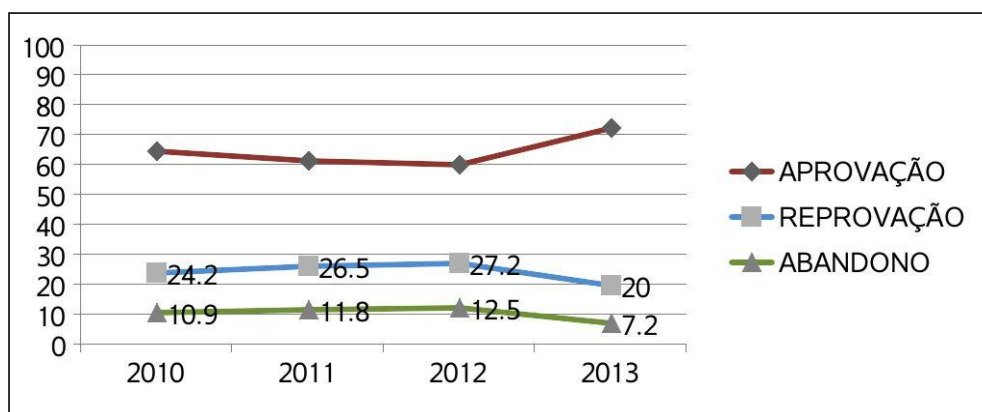
Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar.

Fonte: MEC – 2014

Observa-se que durante uma década a aprovação avançou 0,36% enquanto a reprovação aumentou 70%.

O impacto das políticas públicas implementadas no período está na redução das taxas de abandono das duas etapas da educação básica. Registra-se uma diminuição de 74,2% na taxa de abandono do ensino fundamental, já no ensino médio essa mesma taxa diminuiu 43,1%.

Gráfico 4: Aproveitamento dos alunos do Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra.



Fonte: INEP [2015]  
Elaborado pela autora(2015)

Conforme aponta o gráfico 4 houve uma elevação nos índices de aprovação enquanto foi significativa a queda nos índices de reprovação e abandono na escola a partir implantação da reestruturação curricular do ensino médio realizada pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC-RS em 2012, e que tem sua proposta baseada nas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio.

### **Ensino Médio: Política Educacional na esfera macro – Estado**

Num cenário mais abrangente das mudanças nas políticas educacionais brasileiras, destacam-se aquelas relativas à qualidade da educação, evidenciada na Constituição de 1988, ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e sua legalização que institucionaliza uma sequência de reformas sem precedentes na história educacional do País. Essas mudanças iniciadas com Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a exemplo dos países vinculados à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) deu abertura para a implantação de uma cultura de avaliação de larga escala que vem sendo ampliadas e aprimoradas a partir desse monitoramento de resultados, permitindo que sejam instituídos outros mecanismos de avaliação do desempenho escolar como por exemplo o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, compreendido como parte da reforma educacional brasileira tinha, até o ano de 2008, o objetivo de avaliar as Competências e as Habilidades desenvolvidas ao longo da escolaridade básica. (BRASIL, 1998). Atualmente o ENEM vem exigindo mudanças nos currículos do ensino médio, visto que se tornou uma das principais vias de acesso às Universidades tanto Federais como privadas do País e até mesmo fora dele, ainda analisando o ENEM observa-se como pilares os conceitos de interdisciplinaridade e contextualização, visando medir e qualificar os fundamentos



responsáveis pelas integralizações decorrentes de competências e habilidades pré-definidas em uma matriz de referência específica.

Observa-se também que a prova do ENEM cobra habilidades relacionadas a conteúdos científicos específico de cada área e suas questões partem de situações-problema contextualizadas, baseadas, na maioria delas, em problemas de relevância social valorizando o raciocínio e as vivências de mundo dos participantes e não a memorização.

A educação brasileira traz perspectivas de encaminhamentos para o enfrentamento dos desafios, em especial do ensino médio, destaca-se a importância da formação de professores associada a algumas políticas de valorização profissional.

A formação de professores para Nóvoa (1992) precisa articular o desenvolvimento pessoal (produzir a vida do professor), com o desenvolvimento profissional (produzir a profissão docente) e com o desenvolvimento organizacional (produzir a escola).

Entre as políticas para a formação de professores, implantada no ensino médio proposto pelo governo federal às escolas públicas do país está o Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio, instituído pela Portaria nº 1.140 de 22 de novembro de 2013, (BRASIL, 2013), tendo como objetivos: promover a melhoria da qualidade da educação; ampliar os espaços de formação de todos os professores; desencadear um movimento de reflexão em relação às práticas curriculares; fomentar o desenvolvimento de práticas educativas com foco na formação integral; implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, (BRASIL, 2012), documento que aponta o trabalho, a cultura, a ciências e a tecnologia como dimensões que devem estar contempladas nos currículos do ensino médio e deverão integrar os conhecimentos das diferentes áreas que compõem o currículo.

No Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra os encontros de formação do pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio foram realizados na hora-atividade dos professores, destinadas ao planejamento, conforme previsto no documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do ensino médio. Privilegiou a articulação entre teoria e a prática no processo de formação docente.

Para participar do Pacto os professores receberam bolsa de R\$ 200,00 durante dez meses, além de acesso aos cadernos digitais, disponibilizado pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC. Foram realizadas discussões na escola, a partir de leituras dos textos sob coordenação do orientador de estudos, elemento da escola, e articulado com Instituições de Ensino Superior – IES que orientou todo o processo de formação. O processo formativo apresentou como eixo estruturante a temática sujeitos do ensino médio e formação integral.

Foi uma proposta que aconteceu num único ano e que mobilizou, segundo Ribeiro (2014) em torno de 70 universidades, aproximadamente 330 mil professores envolvidos com a formação continuada e quase 400 mil pessoas no total de algum modo interagindo com essa ação e embora não tendo continuidade, alguns efeitos permaneçam.

O professor precisaria ter tempo dentro da escola para: elaborar material didático; fazer pesquisa; ler; orientar os alunos de forma satisfatória. E ter um salário digno para que não precise trabalhar, muitas vezes, em três turnos sem condições para manter-se estudando. No artigo 3º a LDB diz que um dos princípios que servirá de base para o ensino será a “valorização do profissional de educação escolar” (BRASIL, 1996).

Em questionário aplicado aos professores do Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra foi solicitado a atribuição de uma nota de um a cinco para os conteúdos dos cadernos de formação e 70% deles deram nota quatro, 15% avaliaram em três e 15% em cinco. Quando questionados sobre o impacto que o pacto causou nas práticas educativas três dos treze professores perguntados disseram que não mudaram suas práticas, dois não responderam e oito disseram que sim, o pacto mudou suas práticas pedagógicas. Observa-se que mesmo cercado de desafios, o pacto trouxe um bom material e oportunizou discussões relevantes com impacto nas práticas docentes.

Para Kuenzer (2013) o processo pedagógico coletivo precisa promover articulações a fim de por a educação a serviço do desenvolvimento de relações sociais democráticas através de formação integral com autonomia intelectual para conscientemente elucidar a quem esse processo serve.

Outra política de formação de professores e uso das mídias nas escolas implantadas pelo governo do estado do RS através da Secretaria Estadual de Educação e Cultura – SEDUC/RS – Departamento Pedagógico, em 2014, foi o Programa Província de São Pedro – RS Mais Digital. Foram – 8 horas de formação – para os professores regentes de classe e supervisão de escola. Esse foi um programa do governo estadual com a participação da União, não foi oportunizado pelo Pacto. O programa foi dividido em duas partes: uma foi implantada em algumas escolas polos (na região de fronteira e de risco na região metropolitana de Porto Alegre); a outra parte distribuiu um *tablet* para o coordenador pedagógico e para cada professor que estava em sala de aula do ensino médio.

As iniciativas tiveram como objetivo a melhoria da qualidade da educação através da qualificação tecnológica visando à modernização de equipamentos e de espaços, bem como a formação pedagógica dos professores para o uso das mídias no ambiente escolar para:

conhecer; aprender; ensinar e resignificar as aprendizagens e as relações interpessoais com o conhecimento de novas ferramentas tecnológicas inserindo a escola no mundo digital. Entretanto os objetivos não foram integralmente alcançados por não atingirem os professores que ingressaram no trabalho no decorrer do ano e dos próximos anos, descontinuidade das ações, pois a inserção a este programa foi oportunizada somente para quem estava em sala de aula no ano de 2014; as poucas horas de formação; as dificuldades com a velocidade da internet.

Investir na formação e no desenvolvimento profissional dos professores, para Charlot (2013) é fundamental, pois os professores são profissionais essenciais nos processos de mudanças das sociedades. Adverte o autor que decisões pedagógicas, por interessantes que pareçam não se efetivam, não geram efeitos sobre o social, sem a contribuição dos professores com seus saberes, seus valores, suas experiências.

Mesmo bons professores, com formação adequada, enfrentam dificuldade de prover o melhor para os seus alunos em razão da falta de infraestrutura escolar, como aponta o estudo realizado por pesquisadores da UnB e da Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC (2013) mostrando que 44,5% das escolas de educação básica – responsáveis por mais de 7 milhões de matrículas – apresentam apenas condições elementares para o funcionamento, sem recursos para proporcionar a aprendizagem.

Para fazer frente a essa demanda foi instituída outra Política pelo governo: O Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), com estratégia para induzir ao redesenho dos currículos do ensino médio, melhorar a qualidade do ensino, fomentar o diálogo entre a escola e as juventudes, dando ênfase aos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, valorização da leitura, cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, utilização das tecnologias, com apoio técnico e financeiro a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio.

O documento orientador que embasa o programa mostra que apesar da taxa de frequência à escola na faixa etária de 15 a 17 anos ter sido de 83,7%, em 2011, a taxa de escolarização líquida no ensino médio para esse mesmo grupo, ainda que venha crescendo, se encontra no patamar de 51,6%.

Assim o Brasil passa a estabelecer metas, avaliar e comparar resultados gerando impacto sobre os indicadores de qualidade. Os dados demonstram uma intenção inicial, expressa em documentação legal, de formalizar a necessária formação continuada e valorização de professores; a reestruturação curricular articulada com as Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012) e aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços necessários à adequação dos ambientes escolares relacionados às práticas pedagógicas. Porém, na prática pouco se efetiva, pois o Brasil encaminha questões sociais e culturais através do ambiente escolar que acumula fracassos por falta de estruturas e principalmente, formação docente.

### **Ensino Médio: Implementação das políticas na esfera micro – Escola**

Demandas como as condições de funcionamento das escolas, a formação e a capacitação dos professores, o material didático, e a merenda escolar foram priorizadas por Políticas, programas e projetos, para compensar os efeitos da maior inclusão de alunos oriundos de famílias econômica e sócio-culturalmente menos favorecidas. Além da expansão do atendimento, as políticas públicas educacionais precisam dar conta de aspectos relacionados à permanência do aluno na escola e à qualidade da educação oferecida.

O grande desafio para manter o aluno na escola e qualificar a educação está relacionado com a atividade intelectual do aluno, ele precisa querer aprender, para tanto, é necessário que esteja mobilizado internamente e para isso tem que haver sentido naquilo que está aprendendo, ou seja, a relação com o saber ascendendo ao epistêmico a partir do empírico. (CHARLOT, 2013).

A escola precisa organizar-se em um movimento de mudanças, reorganização cuja dimensão educacional pressupõe a escola dialógica, cidadã, com espaço de inclusão e emancipação.

A questão da implementação das políticas públicas deve ser objeto de discussão paralelamente a sua elaboração com o intuito de refinar os mecanismos de transformação da ideia da política em âmbito macro – governo - em seus efetivos resultados na esfera micro - escola.

Além do debate acerca dos limites da implementação de políticas públicas incluem ou não resultados, outros desafios estão presentes no cotidiano da escola como. Conforme (FERNANDES, CASTRO E MARON, 2013, p. 4) “a diversidade social deve ser fator fundamental para a definição das ações públicas”.

.Com referência a algumas políticas educacionais mencionadas neste trabalho o ENEM como uma das políticas para além do território nacional traz para o chão da escola a

exigência de ações curriculares voltadas ao ensino por competências, porém tal viés não foi mencionado na formação de professores que foi implementada em todas as escolas de ensino médio do país, o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio.

O pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio que tem como base as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio e uma das dimensões é o uso das tecnologias visando o desenvolvimento da autônoma intelectual, formação integral e cidadã, porém a formação, os equipamentos e estrutura das escolas não são compatíveis com as demandas.

Ao buscar compreender a relevância da implantação do pacto na escola pesquisada foi realizada entrevista com a coordenação pedagógica e aplicação de questionário a treze professores que relataram como pontos positivos do processo: socialização de leituras referentes à educação; reflexão sobre as práticas; discussões coletivas sobre o contexto escolar; troca de experiências pedagógicas; novas metodologias para aprimoramento de práticas; avaliação das atividades realizadas. Quando questionados sobre os pontos negativos do Pacto os professores disseram ser pouco o tempo destinado à realização das atividades propostas e que nem sempre elas convergiam para a sequência de conteúdos programados, as leituras eram muito extensas para o tempo disponível e, no início, houve muita resistência por parte dos professores por ser uma imposição do governo.

Para analisar o processo de implantação do uso pedagógico de tecnologias digitais pretendidas pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul – SEDUC-RS foram consultados treze professores regentes do ensino médio Politécnico no Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra. Dos treze professores em sala de aula como regentes dez informaram terem sido contemplados com o *tablet* do governo estadual em 2014 através do Programa Província de São Pedro – RS Mais Digital. Entre os dez professores que receberam o *tablet*, foi questionado se o equipamento está funcionando: sete disseram que atualmente não. Outro questionamento aos dez professores que tem o *tablet*: “Você usa ou usou, pedagogicamente, o *tablet*?” As alternativas eram: sempre, esporadicamente, raramente ou nunca. As respostas foram: cinco nunca, três esporadicamente e dois raramente, ou seja, nenhum professor que recebeu o *tablet* incorporou no seu cotidiano pedagógico.

Outro desafio enfrentado com relação ao uso pedagógico dos equipamentos de mídia digital existentes na escola foi relatado pela direção da escola, o serviço de internet disponibilizado pelo Governo é lento, apenas de 2GB, essa velocidade não seria suficiente para colocar em funcionamento 15 computadores ao mesmo tempo. Por isso, atualmente a escola paga com recursos próprios, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –

FNDE, outro provedor de internet. A internet funciona para toda a escola, especialmente para o laboratório onde os alunos frequentam, mas com um custo alto para a escola.

Os equipamentos, bens e mobiliários necessários para trazer melhorias na qualidade no ensino médio está posto no Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI.

Com o fomento financeiro do programa foi possível adquirir desenvolvimento e fortalecimento de atividades docentes visando melhoria do ensino e aprendizagem como está expresso na fala da diretora da escola pesquisada: "A escola habilitou-se a participar do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, elaborando democraticamente o plano de ação com base no Documento Orientador do ProEMI no ano de 2013 que constava de apoio financeiro para aquisição de equipamentos, bens e serviços, divididos em duas etapas. Foi organizado pelo coletivo de professores quais equipamentos, bens e serviços que seriam contemplados visando a melhoria das práticas pedagógicas voltadas ao protagonismo de professores e alunos. Em 2014 cumpriu-se a primeira etapa de acordo com o que estabelecia o programa, foram adquiridos alguns materiais didáticos, equipamentos e uma viagem de estudos com os alunos. A segunda etapa prevista para 2015 e já planejada pela comunidade escolar ainda não foi repassada a escola, não foi recebido sequer informação a respeito".

Observa-se que o programa qualificou algumas ações planejadas democraticamente, valorizando a gestão democrática, porém foi interrompido deixando a diretora sem ter explicação para os demais membros da comunidade escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisando o fluxo das políticas educacionais brasileiras destinadas ao ensino médio, considerando o contexto macro/micro no âmbito Estado e Escola, pode-se afirmar que as políticas educacionais brasileiras desenvolvidas na última década tiveram significativos avanços e estão em sintonia com os objetivos de Educação para Todos estabelecidos em 2000.

Porém a efetuação das políticas levou o país a um sistema que parece estar mais preocupado com o acesso e a manutenção do aluno dentro da escola do que com as finalidades educativas, que para (FRIGOTTO 2013, p. 78), consiste em "[...] articular conhecimento científico, filosófico, cultural, técnico e tecnológico com a produção material e a vida social e política, para todas as crianças e todos os jovens".

Para o ensino médio, os Protótipos Curriculares de Ensino Médio (UNESCO, 2011) propõe uma nova estrutura curricular e uma nova forma de organização do tempo e dos

espaços escolares, buscando reduzir a distância entre as atividades escolares, o trabalho e as demais práticas sociais, tendo o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógico, unindo a orientação para o trabalho com a educação por meio do trabalho. Essa proposta é lentamente absorvida pela escola que carece de estrutura física e formação de docente.

As transformações das práticas docentes só se efetivam à medida que o professor amplia sua consciência sobre a própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo. (CHARLOT, 2013).

Para efetivar essa transformação a formação de professores deverá romper definitivamente com o fordismo/taylorismo, preocupado com o modo de fazer a partir da memorização e repetição para atividades intelectuais, com o desenvolvimento de competências cognitivas que só se desenvolve através de situações de aprendizagem com interação permanente entre o aluno e o conhecimento.

Uma das principais estratégias para o enfrentamento dos desafios são as tecnologias, estas estão mencionadas em todas as políticas e programas governamentais implantados nas escolas, mas o seu uso sistemático e pedagógico está distante de alcançar o objetivo de reduzir o distanciamento cognitivo de muitos jovens em relação aos conteúdos escolares e sua inserção e participação social baseada em princípios de cidadania.

A escola urge por educabilidade para um nível distinto do adestramento e adaptação, para além da conscientização do aprender, mas, sobretudo para transformar a realidade para nela intervir, recriando-a. (FREIRE 2015, p. 67).

Por fim, observa-se que as políticas do sistema educacional mostram-se em contradições com a realidade das estruturas da escola bem como com a formação de professores e sua condição de vida. Tais contradições facilitam a constituição de problemas sociais em comunidades brasileiras e ao projeto político-pedagógico em suas articulações com as concepções de juventude e direito à qualidade social da educação. Conclui-se que nem sempre as políticas e programas de governo estão articulados com contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Pensar o Ensino Médio: Por quê? In: Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Belo

Horizonte. UFMG, 2014. p. 53-74

AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. (Coord.). **Reestruturação do Ensino Médio: pressupostos teóricos e desafios da prática**. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

BRASIL. INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2013 - Resumo Técnico**. Ministério da Educação. 2013. Brasília. DF. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf). Acesso em 05 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio-DCNEM**. 2012 – Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=17417&Itemid=866](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17417&Itemid=866). Acesso em: 16 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. MEC. Exame Nacional do Ensino Médio. 1998. Disponível em: [http://www.editoramagister.com/doc\\_348638\\_PORTARIA\\_N\\_438\\_DE\\_28\\_DE\\_MAIO\\_DE\\_1998.aspx](http://www.editoramagister.com/doc_348638_PORTARIA_N_438_DE_28_DE_MAIO_DE_1998.aspx). Acesso em 08 de março de 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. **Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. 2013- Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/11/2013&jornal=1&pagina=24&totalArquivos=160>. Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 12 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. MEC. **Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI**. Portaria n.º 971 de 09 de outubro de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1634-port-971&Itemid=30192). Acesso em: 14 de fevereiro de 2016.



\_\_\_\_\_. MEC. **Relatório Educação Para Todos No Brasil 2000-2015**. 2014. Disponível em:

[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Ana%20Mazzardo/Meus%20documentos/Downloads/ept\\_relatorio\\_06062014%20\(2\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Ana%20Mazzardo/Meus%20documentos/Downloads/ept_relatorio_06062014%20(2).pdf) acesso em: 22 de junho de 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 1.133/2001. **Diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em enfermagem, medicina e nutrição. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2001. p. 131. Disponível em: . Acesso em: 10 ago. 2012.

\_\_\_\_\_. INEP. **Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Portaria n.º 109 de 27-05-2009**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/legislacao/2009/portaria\\_enem\\_2009\\_1.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/legislacao/2009/portaria_enem_2009_1.pdf). Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

\_\_\_\_\_. INEP. **Indicadores Educacionais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais> . Acesso em: 09 de setembro de 2015.

\_\_\_\_\_. INEP. **Matriz de Referência do ENEM. 2012**. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/downloads/2012/matriz\\_referencia\\_enem.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2012/matriz_referencia_enem.pdf). Acesso em: 26 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. II Seminário do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/solenidade-de-abertura-ii-seminario-do-pacto-nacional-pelo-fortalecimento-do-ensino-medio/> . Acesso em: 12 de abril de 2016.

CARRANO, P. Juventudes na Escola. In: Dayrell, Juarez; Carrano, Paulo; Maia, Carla Linhares (Org.). **Juventude e Ensino Médio Sujeitos e Currículos em Diálogo**. Belo Horizonte. UFMG, 2014. p. 101-134.

FERNANDES, A. T.; CASTRO. C.; MARON. J. **Desafios para Implementação de Políticas Públicas: Intersetorialidade e Regionalização**. 2013. Disponível em:

[http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V\\_CONSAD/VI\\_CONSAD/025.pdf](http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/2013/V_CONSAD/VI_CONSAD/025.pdf). Acesso em 22 de março de 2015.

Fórum Mundial de Educação na Coreia do Sul celebra a nova agenda internacional para educação. **Ação educativa. Educação desenvolvimento e relações internacionais.** Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/forum-mundial-de-educacao-na-coreia-do-sul-celebra-a-nova-agenda-internacional-para-educacao/> acesso em: 15 de julho de 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários À prática educativa.** 15. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2015.

FRIGOTTO, G. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas.** 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/04.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

KUENZER, A. Z. **Conhecimento e competências no trabalho e na escola.** 2013. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/conteudo/1508/conhecimento-e-competencias-no-trabalho-e-na-escola---acacia-zeneida-kuenzer>. Acesso em: 20-10-2015.

RIBEIRO, M. (UFPR). [Entrevista disponibilizada em 14 de abril de 2016, a Internet]. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-monica-ribeiro-ufpr-conquistas-em-risco-ensino-medio>. Acesso em: 22 de abril de 2016.

NÓVOA, A. **Formação de Professores e Profissão Docente.** [1991] Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf). Acesso em: 22 de março de 2016.

UNESCO. **Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio integrado: resumo executivo.** Coordenação: Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil. 2011.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Incheon.** Coreia do Sul. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2015.